

9 - HAVERES MOBILIÁRIOS

9.1 - Participação Acionária em Empresas

A União passou a deter, ao final do exercício de 2002, participação acionária majoritária em 52 empresas (32 sociedades de economia mista e 20 empresas públicas) e minoritária em 49, sendo 28 empresas de telecomunicações.

Importante ressaltar que a participação aqui registrada refere-se, apenas, às ações de propriedade do Tesouro Nacional, não incluindo a participação acionária de entidades da Administração Federal Indireta. Ademais, vale mencionar que a consolidação da posição acionária de 31/12/2002 só estará disponibilizada após a aprovação dos balanços patrimoniais do referido exercício, que deverá ocorrer até abril de 2003.

9.1.1 - Aumento do capital de empresas estatais

Em 2002, a União aplicou recursos para aumento de capital em empresas estatais federais no montante de aproximadamente R\$ 1,5 bilhão, dos quais R\$ 944,6 milhões destinaram-se às sociedades de economia mista e R\$ 550,9 milhões às empresas públicas.

Dos recursos aplicados nas sociedades de economia mista destacam-se: 1- R\$ 381 milhões investidos no Banco do Estado de Santa Catarina –BESC, de forma a prosseguir com os procedimentos necessários ao completo saneamento da Instituição, de acordo com o programa de incentivo a redução do setor público estadual na atividade bancária (PROES); 2- R\$ 350 milhões destinados à aquisição do controle acionário do BESC S.A. Crédito Imobiliário – BESCRI, em 03/09/2002, com vistas ao saneamento financeiro da empresa para posterior privatização, de acordo com o que determina o Terceiro Aditivo ao Contrato de Abertura de Crédito e de Compra e Venda de Ações celebrado entre a União e o Estado de Santa Catarina, com interveniência do BESC e suas controladas.

Em relação às empresas públicas, o Tesouro aplicou R\$ 449 milhões na Comercializadora Brasileira de Energia Emergencial – CBEE e R\$ 101,9 milhões na Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Portuária – INFRAERO.

AUMENTO DE CAPITAL SOCIAL NAS ESTATAIS FEDERAIS EM 2002. (R\$ milhões)

NATUREZA JURÍDICA	APLICAÇÃO DO TESOURO NACIONAL
Sociedade de Economia Mista	944,65
Empresas Públicas	550,91
Total	1.495,56

Fonte:MF/STN/COREF

9.1.2 - Processo de Desestatização

9.1.2.1 - Alienações realizadas no âmbito do PND

Em 24.1.2002, foi realizado o leilão de privatização do Banco do Amazonas S.A. – BEA, tendo sido obtida receita bruta, incluindo a oferta aos empregados, de R\$ 192,54 milhões.

Dando continuidade ao processo de privatização do Banco do Estado de Goiás – BEG, foi realizada, em fevereiro de 2002, oferta de ações aos empregados da Instituição e, posteriormente, das sobras dessas ações, tendo sido alienadas as 164.086.576 ações ordinárias e 173.760.602 preferenciais remanescentes, obtendo uma receita bruta de R\$ 15,8 milhões.

Foram alienadas, em 20.3.2002, por meio de oferta pública, 39.389.193 ações ordinárias nominativas de propriedade da União na Companhia Vale do Rio Doce – CVRD. O valor total arrecadado na operação foi de R\$ 2,24 bilhões.

ALIENAÇÕES NO ÂMBITO DO PND – 2002 (em R\$)

INSTITUIÇÃO / EMPRESA	RECEITA BRUTA	DESPESA DO PROCESSO				VALOR LÍQUIDO
		PRÊMIO	DESPESAS TERCEIROS	REMUNERAÇÃO GESTOR	TOTAL	
BEG (oferta aos empregados)	15.846.019,91	-	737.299,97	30.630,56	767.930,53	15.078.089,38
BEA	192.541.141,22	1.463.311,80	2.101.619,56	377.952,42	3.942.883,78	188.598.257,44
CVRD(1)	2.242.737.657,49	-	84.839.749,39	4.275.605,12	89.115.354,51	2.153.622.302,98
TOTAL	2.451.124.818,62	1.463.311,80	87.678.668,92	4.684.188,10	93.826.168,82	2.357.298.649,80

(1) Receita Bruta inclui ganho com negociação cambial de R\$ 1,5 milhões e atualização monetária de R\$ 22,8 milhões Fonte: BACEN e BNDES.

Fonte: MF/STN/COREF

9.1.2.2 - Empresas em liquidação

O Decreto nº 4.135, de 20.02.2002, deu início ao processo de liquidação da Empresa Brasileira de Planejamento de Transporte – GEIPOT. Encontram-se também em liquidação a Centrais de Abastecimento da Amazonas – CEASA/AM, a Indústria Carboquímica Catarinense - ICC e a Rede Ferroviária Federal - RFFSA.

9.1.2.3 - Desvinculação de ações do Fundo de Amortização da Dívida Pública Mobiliária Federal – FAD e inclusão no Programa Nacional de Desestatização – PND

A Lei nº 10.568, de 19.11.2002, autorizou a transferência pela União das ações de sua titularidade excedentes ao mínimo necessário à manutenção do controle acionário do Banco do Brasil depositadas no Fundo de Amortização da Dívida Pública Mobiliária Federal – FAD para o Fundo Nacional de Desestatização – FND. Assim, foram desvinculadas do FAD 226.104.904.745 ações ordinárias nominativas de emissão do BB e depositadas 50 bilhões de ações da mesma espécie no FND.

Vale destacar que tais medidas visavam à oferta pública das ações depositadas no FND, como uma das providências necessárias para a Instituição ingressar no Novo Mercado de Ações da Bolsa de Valores de São Paulo – BOVESPA, onde se exige a manutenção de uma parcela mínima de 25% das ações do capital da entidade em poder do público.

9.1.2.4 - Privatizações adiadas

Conforme editais de leilões e agenda de privatização do BACEN e do BNDES, respectivamente, estavam programadas para ocorrerem durante o exercício de 2002 as privatizações dos bancos: do Estado do Maranhão – BEM, do Estado do Ceará – BEC, do Estado do Piauí – BEP, e do Estado de Santa Catarina – BESC, as quais foram adiadas e aguardam decisão judicial relativamente à continuidade dos depósitos dos recursos do caixa do governo do estado nos cofres da instituição vencedora do leilão.

Também estavam programadas as privatizações das empresas: Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A - ELETRONORTE, Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - CHESF, Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo - CEAGESP, Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Minas Gerais - CASEMG, Centrais de Abastecimento de Minas Gerais - CEASA-MG e IRB - Brasil Resseguros, que também foram adiadas.

9.1.2.5 - Outros fatos relevantes

Em 27/06/02, foi realizada a cisão da Companhia Brasileira de Trens Urbanos – CBTU com a conseqüente criação da Companhia Cearense de Transportes Metropolitanos – METROFOR, como parte do projeto de descentralização dos serviços de transporte ferroviário coletivo de passageiros da União para os Estados e Municípios, de que trata a Lei nº 8.693/93. A cisão provocou uma redução no capital social da CBTU na mesma proporção do montante do patrimônio cindido, bem como acarretou um aumento do capital social da METROFOR, no valor do patrimônio absorvido, cuja titularidade das ações foi atribuída à União para imediata transferência ao Estado do Ceará, por meio de Termo de Transferência de Ações.

PARTICIPAÇÃO ACIONÁRIA DA UNIÃO (SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA)

EMPRESA	PARTICIPAÇÃO DA UNIÃO							POSICÃO EM
	QUANTIDADE DE AÇÕES			VALOR		% CAPITAL		
	ORDINÁRIAS	PREFERENCIAIS	TOTAL	INTEGRALIZADO	A INTEGR.	VOTO	TOTAL	
BASA	2.873.357.979	-	2.873.357.979	1.168.142.088,08	-	96,9226	96,9226	22/08/02
BB	533.506.953.873	-	533.506.953.873	5.337.071.467,11	-	71,7778	71,7778	09/09/02
BEC	91.621.171	-	91.621.171	240.093.052,85	-	99,2736	99,0826	31/12/01
BEP	11.079.393	-	11.079.393	27.881.525,53	-	82,1422	82,1422	31/12/01
BEM	202.831.718	-	202.831.718	52.417.403,74	-	99,9158	99,9158	31/12/01
BESC	56.448.654.874	263.915.400.787	320.364.055.661	880.994.233,20	-	93,7147	93,9175	31/12/01
BESCRI	13.999.905.398	-	13.999.905.398	367.380.347,04	-	95,2600	95,2600	14/10/02
BNB	465.952.800.540	353.731.907.693	819.684.708.233	3.290.207.608,25	-	96,1029	94,2146	31/05/02
CASEMG	34.975.476.065	-	34.975.476.065	147.255.062,89	-	97,5783	92,5105	31/12/01
CBTU	133.399.528.093	-	133.399.528.093	1.942.533.499,24	-	100,00	100,0000	29/06/02
CDC	1.139.954.450	1.139.954.450	2.279.908.900	50.242.934,34	-	99,3961	99,3961	31/12/01
CDP	971.114.010	971.114.010	1.942.228.020	124.437.527,80	-	100,00	100,0000	14/06/02
CDRJ	199.472.068	199.472.067	398.944.135	1.216.008.713,86	-	99,9814	99,9814	28/01/02
CEAGESP	38.234.384	-	38.234.384	240.787.324,13	-	99,6449	99,6449	31/12/01
CEASA – AM	246.137.874	-	246.137.874	356.895,95	-	52,9200	52,9200	31/12/01
CEASA – MG	4.994.632	-	4.994.632	12.448.385,48	-	99,5673	99,5673	15/04/02
CODEBA	8.307.831.601	8.307.831.601	16.615.663.202	171.737.724,57	-	96,4996	96,4996	31/12/01
CODERN	3.762.726.543	3.762.726.543	7.525.453.086	90.544.685,97	-	99,9966	99,9966	31/12/01
CODESA	80.545.114.499	-	80.545.114.499	109.832.649,51	-	96,6751	96,6751	31/12/01
CODESP	54.756.575.265	54.766.983.525	109.523.558.790	1.160.345.439,83	-	99,9586	99,9681	31/07/02
CODOMAR	4.827.417.417	4.827.417.417	9.654.834.834	182.742.914,48	-	99,9731	99,9731	31/07/02
CONCEIÇÃO	108.511.622	4.530.000	113.041.622	7.446.071,36	-	100,00	100,0000	31/12/01
ELETRORÁS	264.328.120.835	17.593.018.180	281.921.139.015	10.811.131.912,56	-	58,4135	52,4502	31/12/01
FÊMINA	4.504.426	-	4.504.426	352.257,43	-	50,0000	45,0443	31/12/01
FRANAVE	362.229.946	-	362.229.946	6.725.029,34	-	99,9337	99,9337	31/12/01
IRB	500.000	-	500.000	226.416.724,46	-	100,00	50,0000	31/12/01
PETROBRÁS	353.314.557	-	353.314.557	5.299.718.361,40	-	55,7130	32,5305	22/03/02
REDENTOR	2.714.004	898.510	3.612.514	565.653,22	-	54,2801	54,7351	31/12/01
RFFSA	234.167.679.846	12.782.498.876	246.950.178.722	17.069.606.738,47	-	98,7226	96,5196	31/12/01
TELEBRÁS	264.868.507.480	8.868.815	264.877.376.295	104.463.458,03	-	76,4591	47,6014	31/12/01
TRENSURB	977.873.794	-	977.873.794	397.739.575,38	-	99,1423	99,1423	31/12/01
VALEC	8.090.009	-	8.090.009	741.661.800,00	-	100,00	100,0000	31/12/01
TOTAL – SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA				51.429.213.677,80				

Fonte: MF/STN/COREF

PARTICIPAÇÃO ACIONÁRIA DA UNIÃO (EMPRESAS PÚBLICAS E MINORITÁRIAS)

EMPRESA	QUANTIDADE DE AÇÕES			VALOR		% CAPITAL		POSIÇÃO EM
	ORDINÁRIAS	PREFERENCIAIS	TOTAL	INTEGRALIZADO	A INTEGR.	VOTO	TOTAL	
BNDES	6.273.711.452	-	6.273.711.452	9.759.258.694,18	-	100,00	100,0000	31/07/02
CBEE	-	-	-	499.000.000,00	-	100,00	100,0000	04/07/02
CEF	-	-	-	3.345.727.000,00	-	100,00	100,0000	31/06/02
CMB	-	-	-	143.992.708,25	-	100,00	100,0000	31/12/01
CODEBAR	671.704.245	-	671.704.245	6.717.042,45	-	99,8500	99,8500	31/12/01
CODEVASF	40.128.672	-	40.128.672	40.128.672,70	-	100,00	100,0000	31/12/01
CONAB	1.859.907	-	1.859.907	223.180.498,85	-	100,00	100,0000	31/12/01
CPRM	2.580.603	288.940	2.869.543	26.058.896,63	-	98,0789	97,3330	31/12/01
DATAPREV	-	-	-	35.700.000,00	-	51,0000	51,0000	31/12/01
ECT	-	-	-	597.151.170,79	-	100,00	100,0000	31/12/01
EMBRAPA	-	-	-	62.000.000,00	-	100,00	100,0000	31/12/01
EMGEA	-	-	-	5.874.346.818,82	-	100,00	100,0000	31/12/01
EMGEPRON	-	-	-	25.091.810,00	-	100,00	100,0000	31/12/01
FINEP	300.000.000	-	300.000.000	857.268.098,97	-	100,00	100,0000	31/12/01
GEIPOT	-	-	-	8.783.828,67	-	100,00	100,0000	31/12/01
HCPA	-	-	-	278.484.300,68	-	100,00	100,0000	25/02/02
IMBEL	-	-	-	232.899.657,58	-	100,00	100,0000	31/12/01
INFRAERO	1.564.697	-	1.564.697	436.534.099,03	-	88,80	88,8000	25/04/02
RADIOBRAS	46.481.423	-	46.481.423	56.922.056,00	-	100,00	100,0000	31/12/01
SERPRO	-	-	-	128.091.648,52	-	100,00	100,0000	31/12/01
TOTAL				22.637.337.002,12				
BRASAGRO	1.854.795	-	1.854.795	1.854.795,00	-	35,4939	35,4939	31/12/01
CTEEP	9.556.150.967	-	9.556.150.967	29.573.907,04	-	15,2755	6,4013	31/12/01
ELETROPAULO	3.335.596.142	-	3.335.596.142	84.325.142,37	-	20,0322	7,9730	31/12/01
NOVACAP	219.400	-	219.400	11.721.697,87	-	43,8800	43,8800	31/12/01
SAEMHC	100.000	-	100.000	11.000,00	-	14,2857	14,2857	31/12/01
SNBP	4.670.000	-	4.670.000	896.204,27	-	10,0000	10,0000	31/12/01
TERRACAP	245.000.000	-	245.000.000	36.768.757,73	-	49,0000	49,0000	31/12/01

Obs.: Somente foram relacionadas as participações acionárias minoritárias superiores a 10% do capital.

Fonte: MF/STN/COREF

Além das participações acionárias em empresas, a União detém quotas em fundos de investimento, conforme planilha a seguir.

QUOTAS EM FUNDOS DE INVESTIMENTOS

						R\$ 1,00
FUNDOS	TOTAL			PARTICIPAÇÃO DA UNIÃO		%
	QUANTIDADE	VALOR DA QUOTA	VALOR TOTAL	QUANTIDADE	VALOR - R\$	
FINAM	707.974.919.585	0,0017728	1.255.097.937,44	14.869.502	26.360,65	0,0021
FINOR (*)	134.226.235.684	9,82000	1.318.101.634,42	376.858	3.700,75	0,0003
FND	2.363.261.781,89	0,6164	1.456.714.562,36	1.804.679.344,32	1.112.404.347,84	76,3639
TOTAL					1.112.434.409,24	

OBS: As quotas foram avaliadas pelo valor patrimonial

(*) Valor por lote de mil

Posição em 31.12.2002

FINAM - Fundo de Investimentos da Amazônia

FINOR - Fundo de Investimentos do Nordeste

FND - Fundo Nacional de Desenvolvimento

Fonte: MF/STN/COREF

9.1.3 - Avaliação das ações de propriedade da União, depositadas no FAD e FND

O quadro a seguir apresenta o valor das ações da União que se encontram depositadas no Fundo de Amortização da Dívida Pública Mobiliária Federal – FAD e no Fundo Nacional de Desestatização – FND. As ações das empresas com cotação em bolsa foram avaliadas com base nos preços negociados nos pregões realizados, no período de 1.12.2002 a 31.12.2002, na Bolsa de Valores de São Paulo – BOVESPA e as não cotadas em bolsa foram estimadas pelo valor de seu patrimônio líquido.

PARTICIPAÇÕES ACIONÁRIAS DA UNIÃO DEPOSITADAS NO FAD E FND

ESPECIFICAÇÃO	VALOR (R\$ MILHÕES)
FAD – ações cotadas em bolsa de valores	163,89
ações não cotadas em bolsa de valores	399,88
FND – ações cotadas em bolsa de valores	9.333,89
ações não cotadas em bolsa de valores	2.628,50
Bônus Banco do Brasil	108,84
TOTAL	12.635,00

Fonte: MF/STN/COREF

9.1.4 - Dividendos arrecadados pela União

Em 2002, a arrecadação de dividendos e juros sobre o capital próprio atingiu o montante de R\$3,13 bilhões, próxima daquela obtida no exercício de 2001, da ordem de R\$ 3,23 bilhões, resultado que tem contribuído para a geração de superávit primário do Governo Central.

Vale destacar que algumas empresas tiveram forte incremento no montante de dividendos distribuídos: IRB (658%), ECT (164%) e ELETROBRÁS (105%). Por outro lado, a CEF, que fechou o exercício de 2001 com prejuízo, não realizou pagamento de dividendos. As empresas que mais contribuíram para a significativa arrecadação em 2002 foram: Petrobrás com R\$ 1,03 bilhão, Eletrobrás com R\$ 885,8 milhões, BNDES com R\$ 444,4 milhões e Banco do Brasil com R\$ 292,9 milhões.

DIVIDENDOS RECOLHIDOS AO TESOURO NACIONAL – 1997 a 2002

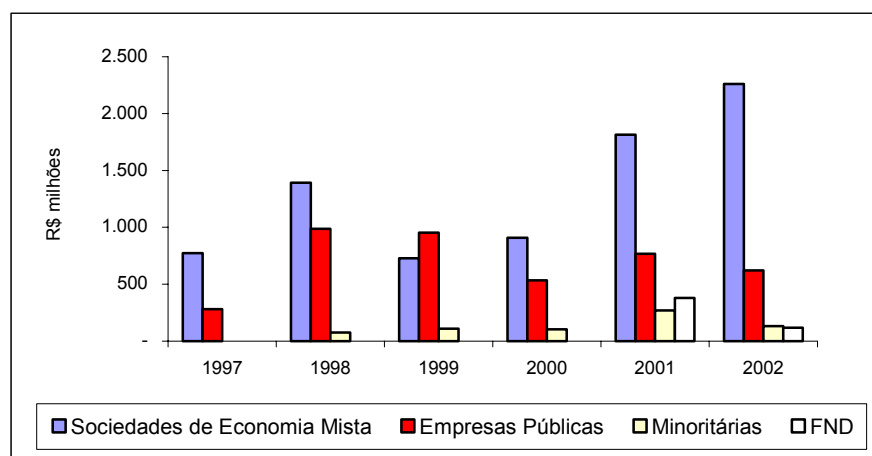
ENTIDADE	ARRECAÇÃO ANUAL (R\$ 1,00)					
	1997	1998	1999	2000	2001	2002
SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA	774.117,91	1.392.279,90	728.873,47	908.430,37	1.813.903,71	2.261.848,05
EMPRESAS PÚBLICAS	280.348,83	988.378,07	952.706,35	533.620,58	767.865,57	622.145,16
MINORITÁRIAS	10,18	75.150,34	108.940,33	102.735,70	271.037,67	132.458,59
FNDE	0	0	0	0	378.683,09	118.659,45
TOTAL	1.054.476,92	2.455.808,31	1.790.520,16	1.544.786,65	3.231.490,04	3.135.111,25

Fonte: MF/STN/COREF, a partir de SIAFI e Darf encaminhados pelas empresas.

Obs. Em 2002, o BNDES pagou R\$ 444 milhões em títulos públicos CVSA e CVSB.

FNDe – Fundo Nacional de Desenvolvimento

DIVIDENDOS RECOLHIDOS AO TESOURO NACIONAL – 1997 a 2002



Fonte: SIAFI e DARFs

9.2 – Responsabilidades Financeiras

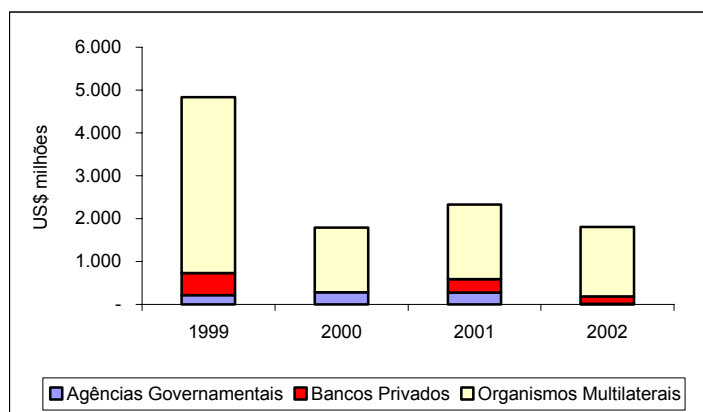
9.2.1 - Operações de crédito externo contratadas diretamente pela União

A União contratou, durante o exercício de 2002, operações de crédito externo no montante de cerca de US\$ 1,9 bilhão, o que representa um decréscimo de US\$ 437,7 milhões, 18,82%, em relação ao volume negociado em 2001. Tais operações visaram à captação de recursos financeiros destinados à implementação de programas e projetos de desenvolvimento ou à importação de bens e serviços, sendo que 89,17% do total dos empréstimos foram firmados junto a organismos multilaterais, 10,21% a bancos privados e 0,62% a agências governamentais estrangeiras.

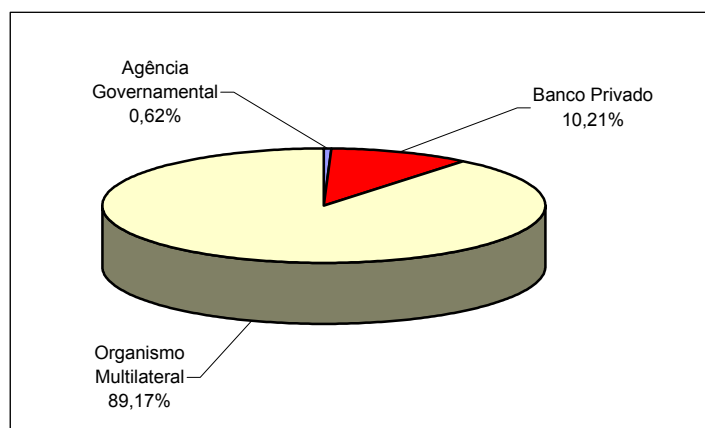
Merecem destaque as seguintes operações que representaram 71,97% do total contratado em 2002: Programa Setorial de Promoção do Capital Humano, empréstimo no valor de US\$500 milhões, junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID; Programa de Ajuste do Setor Elétrico, no montante de US\$454,5 milhões, junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD e o Empréstimo Programático de Ajuste do Setor Financeiro II, da ordem de US\$404 milhões, também junto ao BIRD.

Além das mencionadas contratações em 2002, a República Federativa do Brasil efetuou 4 lançamentos de títulos da dívida pública no mercado internacional de capitais no montante de US\$3,9 bilhões, o que representa uma redução de cerca de 57% quando comparado ao volume de emissões do ano anterior. Já as operações de crédito de caráter não reembolsável somaram US\$4,71 milhões e foram destinadas em grande parte ao Projeto de Manejo dos Recursos Naturais da Várzea, a ser custeado com recursos doados pelo Kreditanstalt für Wiederaufbau – KFW.

EVOLUÇÃO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNO CONTRATADAS – 1999 A 2002



OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNO CONTRATADAS EM 2002 – POR CREDOR



9.2.2 – Garantias Concedidas pela União

Em 2002, a União concedeu garantias em operações de captação de recursos externos no montante de cerca de US\$2,3 bilhões, sendo 51,04% para estatais federais e 48,96% para estados e municípios, o que representa um incremento da ordem de US\$ 1,5 bilhão, equivalente a 215,34%, em relação ao volume obtido no ano anterior.

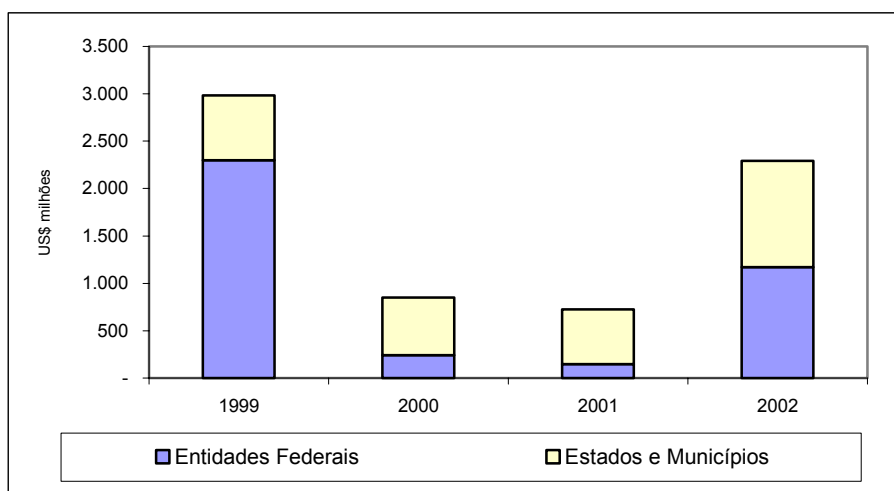
Tais garantias foram direcionadas em grande parte a programas e projetos financiados com recursos de organismos multilaterais, com destaque para a fiança prestada ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, relativamente ao projeto Multissetorial III – Programa de Desenvolvimento das Micros, Pequenas e Médias Empresas, firmado junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, no valor de R\$ 900 milhões.

GARANTIAS CONCEDIDAS PELA UNIÃO – 1999 A 2002 (US\$ milhões)

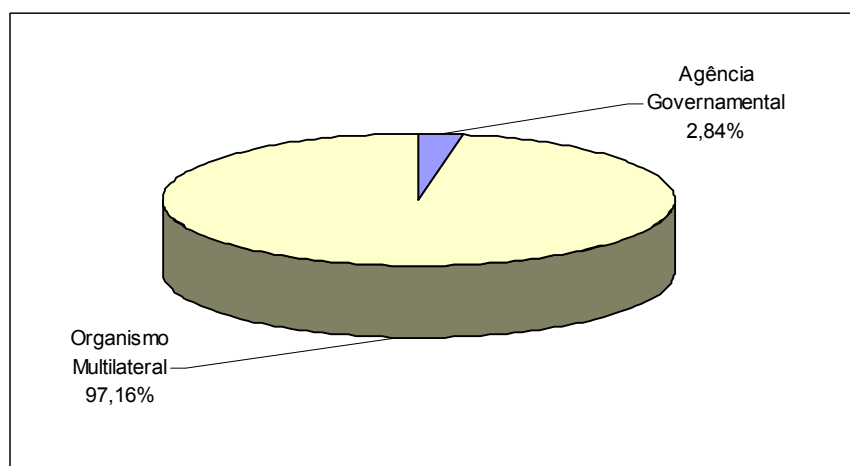
MUTUÁRIO	1999	2000	2001	2002
Administração Federal Indireta	2.300,00	243,40	150,00	1.170,00
Estados, municípios e suas entidades controladas	683,00	608,58	576,89	1.122,15

Fonte: MF/STN

GARANTIAS CONCEDIDAS PELA UNIÃO (1999 A 2002 – POR MUTUÁRIO)



GARANTIAS CONCEDIDAS PELA UNIÃO EM 2002 – POR CREDOR



9.2.3 – Saldo das garantias concedidas pela União e respectivas contragarantias vinculadas

Os quadros a seguir apresentam o saldo, em dezembro de 2002, das garantias concedidas pelo Tesouro Nacional e suas respectivas contragarantias vinculadas, divididas nos seguintes grupos: operações de crédito externo e interno, garantias de incentivo à exportação, garantias a fundos de aval e assunção de risco em programas especiais.

SALDO DAS GARANTIAS CONCEDIDAS PELA UNIÃO – ATÉ 3º QUADRIMESTRE/2002

R\$ milhões

GARANTIA	SALDO
1 - FIANÇA E AVAL	150.704,73
1.1 - OPERAÇÃO DE CRÉDITO EXTERNO	110.706,24
- BIRD/BID	36.918,78
. Garantias a Estados e Municípios e Entidades Controladas	21.759,45
. Garantias a Empresas Estatais Federais	14.894,75
. Garantias a empresas privatizadas	264,58
- OUTROS BANCOS	7.973,07
. Garantias a Estados, Municípios e Entidades Controladas	3.824,05
. Garantias a Empresas Estatais Federais	3.136,97
. Garantias a Empresas Privatizadas	1.012,06
- MYDFA - BACEN - OUTROS BANCOS	2.416,34
- Garantias a ITAIPU BINACIONAL	63.398,05
1.2 - OPERAÇÕES DE CRÉDITOS INTERNO	39.998,49
- Outras Empresas Estatais	39.998,49
2 - GARANTIAS DE INCENTIVO À EXPORTAÇÃO	5.627,43
- Operações do tipo Performance e Refundment-bond	2.526,68
- Fundo de Garantia à Exportação - FGE	1.719,93
- Seguro de Crédito à Exportação - SCE/IRB	1.130,82
- Excedente Único de Riscos Extraordinários - EURE/IRB	250,00
3 - FUNDOS DE AVAL	1.346,96
- Fundo de Garantia para Promoção da Competitividade - FGPC	1.346,96
4 - ASSUNÇÃO DE RISCO EM PROGRAMAS ESPECIAIS	501,30
- Prog. Fort. Agric. Familiar - PRONAF	296,75
- Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira	173,94
- Programa de Garantia da Atividade Agropecuária - PROAGRO	30,61
TOTAL GERAL	158.180,41

FONTE:SIAFI - DINCO/CCONT/STN

SALDO DAS CONTRAGARANTIAS OFERECIDAS À UNIÃO – ATÉ O 3º QUADRIMESTRE

R\$ milhões

CONTRAGARANTIA	SALDO
1 - FIANÇA E AVAL	95.084,59
1.1 - OPERAÇÃO DE CRÉDITO EXTERNO	95.084,59
- BIRD/BID (1)	24.578,89
. Garantias a Estados e Municípios e Entidades Controladas	21.674,54
. Garantias a Empresas Estatais Federais	2.522,90
. Garantias a empresas privatizadas	381,45
- OUTROS BANCOS (1)	7.649,77
. Garantias a Estados, Municípios e Entidades Controladas	3.824,05
. Garantias a Empresas Estatais Federais	2.813,66
. Garantias a Empresas Privatizadas	1.012,06
- MYDFA - BACEN - OUTROS BANCOS (3)	-
- Garantias a ITAIPU BINACIONAL (2)	62.855,93
1.2 - OPERAÇÕES DE CRÉDITOS INTERNO	-
- Outras Empresas Estatais (1)	-
2 - GARANTIAS DE INCENTIVO À EXPORTAÇÃO (4)	2.526,68
- Operações do tipo Performance e Refundment-bond	2.526,68
- Fundo de Garantia à Exportação - FGE	-
- Seguro de Crédito à Exportação - SCE/IRB	-
- Excedente Único de Riscos Extraordinários - EURE/IRB	-
3 - FUNDOS DE AVAL (4)	-
- Fundo de Garantia para Promoção da Competitividade - FGPC	-
4 - ASSUNÇÃO DE RISCO EM PROGRAMAS ESPECIAIS (4)	-
- Prog. Fort. Agric. Familiar - PRONAF	-
- Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira	-
- Programa de Garantia da Atividade Agropecuária - PROAGRO	-
	97.611,27

FONTE: SIAFI - DINCO/CCONT/STN

(1) As diferenças entre os valores de garantia e contragarantia em operações de crédito são decorrentes de dispensa de contragarantia.

(2) ITAIPU BINACIONAL - A contragarantia está vinculada à formalização do contrato de garantia. Contrato de garantia ainda não formalizado, amparado em acordo bilateral.

(3) MYDFA - BACEN - Operação realizada pelo BACEN. A contragarantia não se aplica a essa operação - Acordo de Reestruturação da Dívida Externa.

(4) FUNDOS E PROGRAMAS ESPECIAIS - As contragarantias são vinculadas e controladas pelo agente financeiro. Encontram-se disponibilizados apenas os dados relativos à contragarantia da operação de Performance e Refundment – BOND; os demais dados não estão disponíveis.

9.2.4 – Pagamentos realizados pelo Tesouro Nacional decorrentes de garantias concedidas

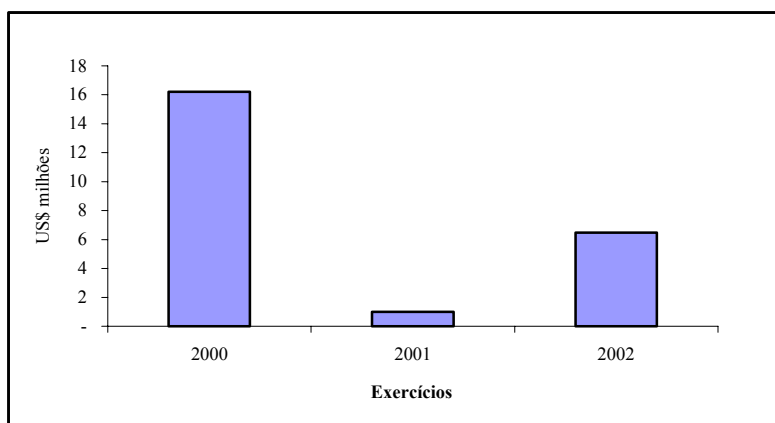
Em 2002, a União honrou garantias no valor de US\$ 6,48 milhões, o que representou um aumento de aproximadamente 557,6% em relação a 2001, cujo montante foi de US\$ 990 mil. Vale destacar que nos anos de 2000 e 2002 os compromissos honrados referem-se a dívidas da administração estadual direta, sendo a União ressarcida desses montantes por meio da execução das contragarantias fornecidas pelos estados.

PAGAMENTOS DECORRENTES DE GARANTIAS CONCEDIDAS.

Mutuário	Valor honrado (US\$ milhões)			Variação (%)	
	2000	2001	2002	2001/2000	2002/2001
Administração Estadual	6,97	-	6,48	-	-
- Adm Est. Direta	6,97	-	6,48	-	-
- Adm. Est.Indireta	-	-	-	-	-
Administração Municipal	-	-	-	-	-
Administração Federal Indireta	-	-	-	-	-
Empresas Privatizadas	-	-	-	-	-
Dívida em Proc. de Assunção	9,25	0,99	-	(89,3)	-
Total	16,22	0,99	6,48	(93,9)	557,6

Fonte:STN/CODIV

GRÁFICO: GARANTIAS HONRADAS PELA UNIÃO – 2000 a 2002



9.2.5 – Limites de Endividamento da União

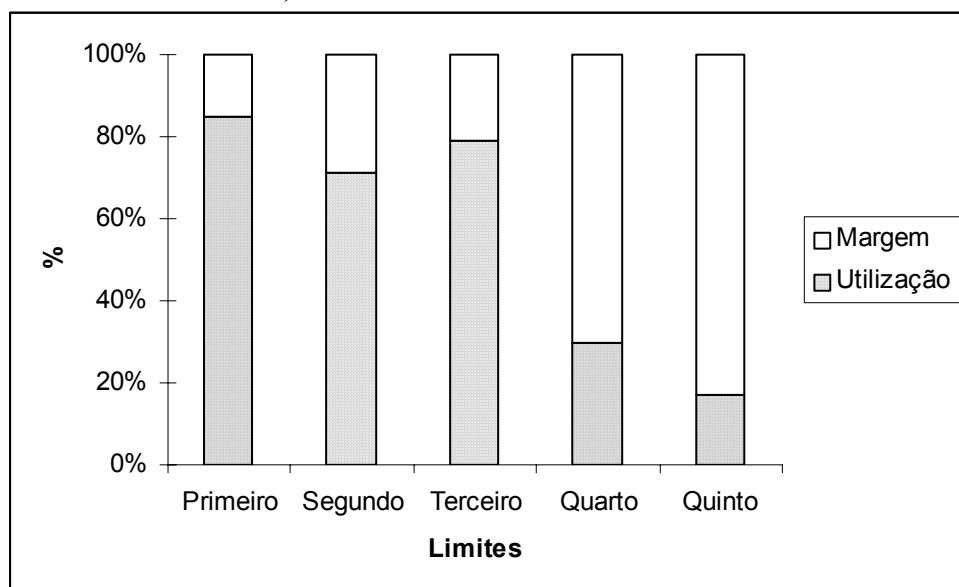
O quadro a seguir apresenta o resultado do cálculo dos limites de endividamento da União, demonstrando a utilização e a margem disponível em dezembro de 2002, com base nos conceitos definidos na Resolução nº 96/89 do Senado Federal, na Lei Complementar nº 101, de 4.5.2002 e na Constituição Federal.

LIMITES DE ENDIVIDAMENTO DA UNIÃO – DEZ/2002

Limite (Res. SF 96/89)	Definição	Resultado (Em R\$ bilhões)	
Primeiro (art. 2º)	Operações de Crédito \leq Despesas de Capital	Limite	335,86
		Utilização	285,58
		Margem	50,28
Segundo (art. 3º, Item I)	Operações de Crédito \leq Dispendio da Dívida Fundada + 10% da Receita Líquida Real	Limite	461,60
		Utilização	328,37
		Margem	133,23
Terceiro (art. 3º, Item II)	Dispendio Anual Máximo \leq Margem de Poupança Real	Limite	521,14
		Utilização	411,46
		Margem	109,68
Quarto (art. 4º, Item I)	Operações Externas + Garantias Concedidas \leq 50 % do Saldo Médio das Exportações Brasileiras	Limite	90,62
		Utilização	27,07
		Margem	63,54
Quinto (art. 4º, Item II)	Garantias Concedidas \leq 25 % do Saldo Médio das Exportações Brasileiras	Limite	45,31
		Utilização	7,79
		Margem	37,52

Obs.: Valores atualizados para dezembro/2002 pelo IGP-DI

UTILIZAÇÃO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO DA UNIÃO



9.3 – Orçamento

9.3.1 - Receitas para 2003

Estimou-se que a receita resultante da venda das ações depositadas no FAD, deverá atingir o montante de R\$ 587.583.832,62 e a resultante de dividendos deverá alcançar o valor de R\$ 3.561.000.000,00.

9.3.2 - Despesas para 2003

A previsão de despesas referente ao pagamento de resgate de ações da SIDERBRÁS junto à BNDESPAR foi de R\$ 79.133.576,73 sendo R\$ 73.618.206,67, na fonte 143, para pagamento de principal e R\$ 5.515.370,06 na fonte 144, para pagamento de juros.

Foram estimadas, ainda, despesas com o Programa Nacional de Desestatização – PND, no valor de R\$ 4.854.170,00 e com a alienação de ações depositadas no FAD no montante de R\$ 11.751.676,65.

9.3.3 - Execução Orçamentária – Exercício de 2002

A Unidade Gestora da COREF (170.510), teve no ano 2002, as seguintes subatividades contempladas no Orçamento Geral da União:

SUBATIVIDADES CONTEMPLADAS NO ORÇAMENTO GERAL DA UNIÃO (R\$ milhões)

SUBATIVIDADE	DOTAÇÃO INICIAL	SUPLEMENTAÇÃO	CANCELAMENTO	TOTAL
Despesas com o PND	21,83	12,36	-	34,18
Resgate de ações da SIDERBRÁS – amortização	66,98	-	1,45	65,54
Resgate de ações da SIDERBRÁS - juros	10,22	-	0,21	10,01

Fonte: MF/STN/COREF

No ano de 2002, a COREF repassou ao BACEN, R\$ 4,7 milhões referentes às despesas incorridas por aquela instituição nos processos de privatização do Banco do Estado da Amazônia – BEA e de alienação das ações remanescentes do Banco do Estado de Goiás – BEG.

O BNDES criou em 2002, Unidade Gestora nº 287002 para execução das despesas do PND. Assim, parte dos créditos orçamentários solicitados pela COREF para pagamento das despesas incorridas pelo BNDES enquanto gestor do PND nos processos de oferta pública de ações da CVRD e Banco do Brasil, foram transferidos para aquela UG por meio de destaques orçamentários no valor total de R\$ 25,2 milhões. Também foi realizado o pagamento ao BNDES de remuneração do gestor no processo de privatização da CVRD, no valor de R\$ 4,3 milhões.

A dotação orçamentária destinada ao pagamento de resgate de ações da SIDERBRÁS, junto ao BNDESPAR, não foi utilizada integralmente no ano de 2002.

O quadro a seguir mostra os valores das parcelas pagas, ao BNDESPAR, mensalmente, no ano 2002, referentes ao resgate de ações da SIDERBRÁS.

RESGATE DE AÇÕES DA SIDERBRÁS
PAGAMENTOS REALIZADOS/2002 (em R\$)

MESES	PRINCIPAL	JUROS	TOTAL
JANEIRO	5.225.484,71	996.190,02	6.221.674,73
FEVEREIRO	5.267.682,25	967.860,60	6.235.542,85
MARÇO	5.308.344,92	938.889,57	6.247.234,49
ABRIL	5.348.557,75	909.496,75	6.258.054,50
MAIO	5.390.253,77	880.010,39	6.270.264,16
JUNHO	5.434.654,78	850.595,32	6.285.250,10
JULHO	5.476.190,91	820.366,35	6.296.557,26
AGOSTO	5.522.935,71	790.540,39	6.313.476,10
SETEMBRO	5.567.963,02	760.071,96	6.328.034,98
OUTUBRO	5.611.447,67	729.021,90	6.340.469,57
NOVEMBRO	5.666.470,00	699.038,09	6.365.508,09
DEZEMBRO	5.716.303,80	667.944,34	6.384.248,14
TOTAL	65.536.289,29	10.010.025,68	75.546.314,97

Fonte: MF/STN/COREF